



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DAS FLORES E A JUNTA DE FREGUESIA DAS LAJES

Nota Justificativa

A descentralização administrativa, que visa a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade de serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, concretiza-se através da celebração de acordos de delegação de competências entre os municípios e as juntas de freguesia.

Deste modo e considerando que:

- a) A lei nº 75/2013, de 12 de Setembro de 2014, estabelece um novo regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências;
- b) Nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização (conforme o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ainda da citada Lei), a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, onde figurem expressamente as competências delegadas e os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao seu exercício;
- c) Os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 117.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e essa delegação depende de aprovação dos órgãos representativos da freguesia, a qual se consubstancia com observância do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da referida Lei;
- d) Conforme o determinado no artigo 120.º da supracitada Lei, os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias

através da celebração de contratos interadministrativos que abrangem todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das actividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

- e) Os documentos previsionais económicos e orçamentais para o ano de 2014, aprovados em Assembleia Municipal de 6 de Dezembro de 2013 incluem um reforço dos meios financeiros para a área da Coesão Territorial, da descentralização e de cooperação com as Juntas de Freguesia;
- f) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal foi aprovada em reunião de 18 de 12 de 2014 e autorizada pela Assembleia Municipal na sessão de 27 de 02 de 2014 ;
- g) A proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, apresentada pela Junta de Freguesia de Lajes em reunião realizada em 05 de fevereiro de 2015, foi aceite e ratificada pela Assembleia de Freguesia de Lajes das Flores em sessão de 26 de fevereiro de 2015.

É celebrado e aceite sem reservas o presente contrato interadministrativo de delegação de competências entre:

A CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES, representada pelo seu Presidente Luís Carlos Martins Maciel,

E

A JUNTA DE FREGUESIA DAS LAJES, representada pelo seu presidente Délcio Filipe da Silva Cabeceira,

É estabelecido o presente contrato que se rege pelas disposições a seguir exaradas:



Cláusula Primeira
(Enquadramento legal)

A celebração e execução do presente contrato, rege-se pelo disposto na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e, subsidiariamente, pelo Código dos Contratos Públicos e Código do Procedimento Administrativo

Cláusula Segunda
(Objeto)

1. É delegada na Junta de Freguesia a prática de todos os atos necessários ao exercício das competências descritas na cláusula quinta do presente contrato.
2. À Junta de Freguesia passa a caber a responsabilidade e a prossecução das atividades abrangidas nas áreas de atuação delegadas.

Cláusula Terceira
(Poder de Avocação)

O disposto em qualquer das cláusulas do presente contrato, não prejudica o exercício do poder de avocação da competência delegada, nos termos do disposto no número 2, do artigo 39º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).

Cláusula Quarta
(Deveres da Junta de Freguesia)

1. Organizar e manter em pleno funcionamento os serviços e atribuições que lhe são delegadas.
2. Cumprir integralmente as competências objeto de delegação no presente contrato.
3. Respeitar toda a legislação em vigor, bem como os regulamentos municipais quando aplicáveis.
4. O cumprimento integral das disposições previstas nas cláusulas nona e décima do presente contrato.

Cláusula Quinta

(Competências Delegadas)

1. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia concretizam a delegação de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações.
2. A natureza e o tipo de competências delegadas obedecem a princípios de intangibilidade das atribuições municipais, de prossecução do interesse público, de continuidade da prestação do serviço público e de necessidade e suficiência de recursos.
3. São delegadas na Junta de Freguesia as seguintes competências materiais e funcionais:
 - a) Limpeza e Manutenção de caminhos vicinais da freguesia.

Cláusula Sexta

(Recursos Financeiros)

1. A Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia para financiamento das competências delegadas o montante de 6.000,00€ (seis mil euros).
2. As receitas, que eventualmente venham a ser obtidas, relativas às atribuições delegadas, constituem receita da Junta de Freguesia.

Cláusula Sétima

(Forma de Pagamento)

A transferência da verba referida no número 1 da cláusula anterior, será processada por duodécimos até ao final de cada mês.

Cláusula Oitava

(Despesas Elegíveis)

1. Considera-se despesa elegível, a despesa efetivamente paga, perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma operação, cuja natureza e data de realização respeitem o estipulado no presente contrato.
2. Para efeitos de justificação da aplicação das verbas transferidas, serão consideradas elegíveis as despesas decorrentes da realização das competências delegadas descritas na cláusula quinta.

Cláusula Nona

(Assistência Técnica)

Para cumprimento das competências que são delegadas, a Junta de Freguesia poderá solicitar à Câmara Municipal a prestação de assistência técnica sempre que não disponha para efeito dos recursos necessários.

Cláusula Décima **(Relatórios de Execução)**

1. A Junta de Freguesia compromete-se a enviar quadrimestralmente à Câmara Municipal, relatório completo de execução das correspondentes atividades desenvolvidas.
2. O relatório do 1º quadrimestre deverá ser remetido até 31 de maio, o relatório do 2º quadrimestre até 30 de setembro e o relatório do 3º quadrimestre até 31 janeiro de cada ano.
3. O relatório a apresentar deverá conter as seguintes informações:
 - a) Descrição e identificação das ações desenvolvidas.
 - b) Quantificação dos valores aplicados nas referidas ações.
4. Com a não conformidade dos elementos solicitados no relatório que impeçam uma leitura clara dos objetivos pretendidos com o presente contrato, a Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de solicitar informação complementar a fim de colmatar as dúvidas suscitadas.
5. A Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de sempre e quando achar conveniente solicitar a apresentação dos documentos comprovativos de despesa das referidas ações.

Cláusula Décima Primeira **(Vigência do Contrato)**

1. O presente contrato vigorará pelo período de duração do mandato do órgão deliberativo do município.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes públicos não determina a caducidade de contrato.
3. Os contraentes podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Quando a resolução for da iniciativa da Junta de freguesia esta obriga-se a garantir as obrigações assumidas respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal.

5. A cessação do contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

Cláusula Décima Segunda
(Resolução por Incumprimento)

1. Os contraentes públicos podem unilateralmente resolver o contrato por incumprimento da contraparte.
2. São motivos de resolução do contrato o não cumprimento do disposto nas cláusulas quarta, sétima e nona do presente contrato.
3. O contrato pode ainda ser resolvido por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

Cláusula Décima Terceira
(Duvidas e omissões)

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente contrato bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidos por entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.
2. Em caso de desacordo quanto à interpretação a dar ou à forma de colmatar a omissão, competirá à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a interpretação ou aprovar cláusula que suprima a lacuna.

Cláusula Décima Quarta
(Consulta do Contrato)

Nos termos do disposto no nº 2º do artigo 130º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o contrato estará disponível para consulta na página do município.

Lajes das Flores, 8 de abril de 2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES


Luís Carlos Martins Maciel

A PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DAS LAJES


Délcio Filipe da Silva Cabeceira



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LAJES DAS FLORES

ATA Nº 1/2015

---- Ao vigésimo seisto dia do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, pelas vinte horas e dez minutos, deu-se início à Sessão extraordinária, presidida por Débora Sofia Faria Mendonça .-----

---- Procedeu-se à chamada de presença dos membros, os quais compareceram: José António da Costa Sousa, Marisa Vieira Henriques, Eugénia Maria Ávila Almeida Lima, Luís Manuel Cabral de Freitas, Francisco Armas de Freitas, José António Custódio Silva. -----

---- Da Ordem de Trabalhos constou:-----

Ponto 1 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE LAJES DAS FLORES E A JUNTA DE FREGUESIA DAS LAJES-----

---- Os referidos documentos após analisados e discutidos foram colocados à votação tendo sido aprovados por unanimidade.-----

Ponto 2 - 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DO ANO 2015-----

---- Os referidos documentos após analisados e discutidos foram colocados à votação tendo sido aprovados por unanimidade.-----

---- E mais não foi dito, foi dada por encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos.-----

Lajes das Flores, 26 de fevereiro de 2015.

O Presidente,

Débora Faria Mendonça

O 1º Secretário,

Alvaro R

CERTIFICAÇÃO	
Está conforme o original e consta de	<u>1</u> páginas
Localidade	<u>Lajes das Flores</u> Data <u>04 de Maio</u>
O Presidente da Junta de Freguesia	
a)	(Assinatura) <u>Débora Faria da Silva Mendonça</u>
b)	(Nome completo) <u>Débora Faria da Silva Mendonça</u>

macaco. Relativamente ao valor de hora trabalho ficou estabelecido com o mesmo que seria de cinco euros por cada hora de trabalho. -----

----Quinto – Foi proposto pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia, devido ao acréscimo de trabalho que esta junta de freguesia neste momento acata, nomeadamente a limpeza dos caminhos vicinais, que seria necessário adquirir em regime de prestação de serviços mais um trabalhador. O proposto foi discutido e aprovado unanimemente, tendo sido estabelecido que o valor de hora de trabalho que seria pago a este prestador de serviços será de quatro euros e cinquenta cêntimos, durante um período experimental com a duração necessária para verificação do desempenho do mesmo.-----

----E por não haver mais nada a tratar sendo dezoito horas e cinquenta minutos deu-se por encerrada a reunião da qual se redigiu a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes. -----

Lajes das Flores, 05 de fevereiro de 2015

Delio Filipe da Silva Cabeira
Flora Maria Amal Roberto Barros

CERTIFICAÇÃO

Está conforme o original e consta de 2 páginas

Localidade Lajes das Flores Data 03/06/2015

O Presidente da Junta de Freguesia

- a) (assinatura) Delio Filipe da Silva Cabeira
b) (nome completo) Delio Filipe Silva Cabeira



Município das Lajes das Flores

Av. do Emigrante, nº 4
9960-431 LAJES DAS FLORES

NIF: 512074836

Fax: 292590826

Departamento:

Administração Autárquica

Divisão:

Câmara Municipal

Repartição/Secção:

Contabilidade, aprovis. e patrim.

Obra: Limpeza e manutenção caminhos vicinais freguesia Lajes

Bem/Serviço:

Local de Entrega:

Prazo:

Classificação Orçamental	Orgânica	Económica	G. O. P.	Obj.	Prog.	Projeto	Ação
	0102	08050202		3	331	2015/5004	2

Nº Cabimento: 1709 Nº Seq. Comp.: 8087

Despesa Autorizada por Despacho
(Ref. do Documento: DESP. 333/2015 de 09/03/2015)

(Compromisso: REQ. 321/2015 de 09/03/2015)

Quant.	Unid.	Cód. Produto	Designação Produto	Preço	% Desc.	% IVA	Total
1,000			Delegação Competência Limpeza Manutenção Caminhos Vicinais	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00

Tipo de produto:

Obs:

Prazo Pagamento:

Total s/ Desc.:	6.000,00	Sub-total:	6.000,00
Desconto:	0,00	Valor IVA:	0,00
Saldo p/ Cabimento:	8.337,62	TOTAL:	6.000,00
Saldo p/ Compromisso:	0,00		

NOTA: A Fatura deve indicar o nº da Requisição e apenas incluir material de uma só requisição.
A Fatura deve indicar o número sequencial do Compromisso.

Fornecedor (Juntar à Fatura)

Folha 1/1

O PRESIDENTE	SERVIÇO CONTABILIDADE	FUNCIONARIO REQUISITANTE